



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA – INC  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS: LÍNGUA E LITERATURA  
PORTUGUESA E LÍNGUA E LITERATURA ESPANHOLA**

**GILTON AIAMBO CAMPOS**

**ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA: UM ESTUDO  
NO POLO EDUCACIONAL DA COMUNIDADE INDÍGENA DE GUANABARA III EM  
BENJAMIN CONSTANT - AM**

**Benjamin Constant - 2023**

**GILTON AIAMBO CAMPOS**

**ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA: UM ESTUDO  
NO POLO EDUCACIONAL DA COMUNIDADE INDÍGENA DE GUANABARA III EM  
BENJAMIN CONSTANT - AM**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Licenciado em Letras: Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola, do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luís de Freitas Lima

**Benjamin Constant – 2023**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C198e Campos, Gilton Aiambo  
Ensino de língua portuguesa como segunda língua: um estudo no polo educacional da comunidade indígena de Guanabara III em Benjamin Constant-AM / Gilton Aiambo Campos . 2023  
38 f.: il.; 31 cm.

Orientador: Jorge Luís de Freitas Lima  
TCC de Graduação (Letras - Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Ensino. 2. Língua Portuguesa. 3. Segunda língua. 4. Indígena.  
I. Lima, Jorge Luís de Freitas. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho a toda minha família,  
que é minha inspiração em todos meus  
objetivos.*

*Aos meus amigos e colegas de faculdade,  
pelo incentivo e apoio nos momentos  
difíceis durante os estudos.*

## **AGRADECIMENTOS**

Minha gratidão a Deus por me dar as forças quando o impossível se tornou possível ao meu próprio esforço de tomar a atitude como profissional e fazer com que este sonho se tornasse realidade.

Aos meus filhos Mitch Kendruin Pinheiro Campos e Pitter Pinheiro Campos, que mesmo estando na fase da adolescência conseguiram compreender que eu estava no processo de formação e eles também no final desta fase começaram a estudar na cidade e enfrentamos alguns desafios juntos, preservamos o sentimento da vida familiar.

Embora tivemos problema familiar, agradeço minha Esposa Ilazete Coelho Pinheiro pelo grande incentivo e paciência durante o processo e temporada de experiência universitária para que pudesse progredir na minha carreira profissional.

Agradeço ao meu professor e orientador, Jorge Luís de Freitas Lima, meu muito obrigado pela competência, amizade, estímulo e paciência, com que me acompanhou durante toda a realização deste trabalho.

Sou muito grato à UFAM (Universidade Federal do Amazonas) por me acolher tão generosamente, proporcionando oportunidades de amadurecimento, sabedoria e auxílio, e por me fazer sentir integrado em um ambiente que só teve a contribuir de forma positiva para minha formação profissional e pessoal.

A todos os professores do curso de Letras que tive a honra de conhecer, conviver e ter como referência de garra, que compartilharam seus conhecimentos e me fizeram uma pessoa capaz de vencer na vida.

Aos meus colegas de aula que me incentivaram nos momentos mais difíceis, Givanildo, Ivanir, Raquel, que estiveram do meu lado durante esta caminhada.

A todos, um sincero obrigado!

*Porque eu, o Senhor, teu Deus, te tomo  
pela tua mão direita e te digo: Não temas,  
que eu te ajudo.*

*Isaías 41:13*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo mostrar os resultados da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso que tem como título: Ensino de língua portuguesa como segunda língua: um estudo no polo educacional da comunidade indígena de Guanabara III em Benjamin Constant – AM. Tem como temática: Ensino de língua portuguesa como L2. E teve as seguintes questões norteadoras: Há projeto político pedagógico (PPP) na escola? Está previsto o ensino de língua portuguesa como segunda língua? Qual a concepção de língua portuguesa é apresentada no PPP? Como acontece o ensino? prioriza a análise linguística? Contempla a leitura e a escrita? O objetivo geral foi verificar as propostas de ensino da língua portuguesa como segunda língua na escola indígena Pedro Alves na comunidade de Guanabara III. Os específicos foram: descrever o Projeto Político Pedagógico da escola; Analisar questionário respondido pelos professores e identificar, nas respostas dos professores, as dificuldades que a escola enfrenta ao ensinar a língua portuguesa aos alunos indígenas. O interesse de pesquisar a temática surgiu das inquietações resultantes das observações feitas nos estágios durante as aulas e nas práticas curriculares em salas de aula com alunos indígenas na comunidade de Guanabara III, pertencente ao município de Benjamin Constant, AM. Para a realização deste estudo, foi feita a pesquisa bibliográfica que consistiu nos principais documentos e da produção de autores como: Brasil (1998); Santos (2005); Gagnoux (2014); Lima e Silva (2012). Depois, foi realizada a pesquisa de campo em uma escola na comunidade de Guanabara III do Benjamin Constant – AM. Para a coleta dos dados, realizou-se pesquisa documental e, o instrumento de pesquisa foi a aplicação de questionários aos professores. Nesta pesquisa, trabalhou-se com a abordagem qualitativa e o método analítico-descritivo. Portanto, pôde-se constatar que o Projeto Político Pedagógico está em processo de construção desde o ano de 2021, o que por si constitui um obstáculo ao processo de ensino, e que a escola enfrenta dificuldades em relação ao ensino de L2, principalmente pela falta de materiais didáticos e pelo fato de haver professores atuando fora da sua área de formação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino. Língua portuguesa. Segunda língua. Indígena.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo mostrar los resultados de la pesquisa del Trabajo de Conclusión de Curso que tiene como título: Enseñanza de lengua portuguesa como segunda lengua: un estudio en el polo educacional de la comunidad indígena de Guanabara III en Benjamin Constant – AM. Tiene como temática: Enseñanza de la lengua portuguesa como L2. La problemática constituye en: Hay Proyecto Político Pedagógico (PPP) en el colegio? Está previsto la Enseñanza de la lengua portuguesa como segundo lenguaje? Que concepción de lengua portuguesa se presenta en el PPP? Como acontece la Enseñanza: peoriza el análisis lingüístico? Contempla la lectura y escrita? El objetivo general es averiguar las propuestas de la lengua portuguesa como segundo lenguaje en el colegio Indígena Pedro Alves en la comunidad de Guanabara III. Los específicos son: Describir el proyecto Político Pedagógico de la escuela; Analizar el cuestionario respondido por los profesores y identificar las respuestas de los profesores, las dificultades que la escuela enfrenta al enseñar la lengua portuguesa a los alumnos indígenas. El interés de investigar la temática surgió mediante algunas observaciones echas durante las clases en colegios indígenas en la comunidad de Guanabara III, perteneciente al municipio de Benjamin Constant, AM. Para la realización de este estudio, fue hecha la pesquisa bibliográfica que constituyo en los principales documentos y autores como: Brasil (1998); Santos (2005); Gagnoux (2014); Lima e Silva (2012). Después, fue realizada una investigación de campo en el colegio de la comunidad de Guanabara III de Benjamin Constant – AM. Para la colecta de datos, se realizó investigación documental y instrumental, la investigación fue la aplicación de preguntas a los profesores. En esta investigación, se trabajó con el abordaje cualitativo y el método analítico-descriptivo. Por lo tanto, se pudo constatar que el Proyecto Político Pedagógico está en construcción desde el año de 2021, lo que constituye un obstáculo al proceso de enseñanza, y que la escuela enfrenta dificultades en relación a la enseñanza de L2, principalmente por la falta de materiales didácticos y por el facto de haber profesores actuando fuera de su area de formación.

**PALABRAS-CLAVE:** Enseñanza. Lengua portuguesa. Segunda lengua. Inígena.

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1: QUADRO DE PROFESSORES DO TURNO MATUTINO.....	21
QUADRO 2: QUADRO DE PROFESSORES DO TURNO VESPERTINO.....	21
QUADRO 3: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.	31

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA: a construção do percurso da pesquisa</b> .....	<b>14</b>
1.1 A LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA ALUNOS INDÍGENAS.....	16
<b>2 ENSINO DE LÍNGUA NA COMUNIDADE: uma descrição do processo</b> .....	<b>18</b>
2.1 DESCRIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO.....	18
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>24</b>
<b>4 DO IDEAL AO REAL: uma proposta de atividades para o ensino de língua portuguesa como segunda língua</b> .....	<b>26</b>
4.1 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, ATRAVÉS DA PRODUÇÃO TEXTUAL, EM ESCOLAS INDÍGENAS.....	26
4.2 ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) .....	27
4.3 ANÁLISE DOS DADOS.....	30
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>37</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>39</b>

## INTRODUÇÃO

A língua é o instrumento de comunicação mais eficaz do ser humano. Por isso, o ensino da língua portuguesa como segunda língua (L2) para alunos indígenas abre portas para a integração no mundo social em que se vive.

A comunicação se dá, principalmente, por meio da língua falada ou por meio da língua escrita. Por conta disso, pensar em um ensino de L2 que garanta a interação social do indivíduo em um ambiente diferente do dia a dia dele é possibilitá-lo a conhecer a cultura do outro de maneira a aprender mais de sua própria cultura.

Nessa perspectiva, este trabalho de pesquisa tem como tema: Ensino de língua portuguesa como segunda língua (L2), que se delimitou em: Ensino de língua portuguesa como segunda língua para alunos indígenas ticuna da escola Pedro Alves. Tem como título “Ensino de língua portuguesa como segunda língua: um estudo no polo educacional da comunidade indígena de Guanabara III em Benjamin Constant – AM”. A pesquisa foi norteada pelas seguintes questões: Há projeto político pedagógico (PPP) na escola? Está previsto o ensino de língua portuguesa como segunda língua? Qual a concepção de língua portuguesa é apresentada no PPP? Como acontece o ensino: prioriza a análise linguística? Contempla a leitura e a escrita?

Teve como Objetivo geral: Verificar as propostas de ensino da língua portuguesa como segunda língua na escola indígena Pedro Alves na comunidade de Guanabara III. Os específicos: Descrever o Projeto Político Pedagógico da escola; Analisar os questionários respondidos pelos professores e identificar nas respostas dos professores as dificuldades que a escola enfrenta ao ensinar a língua portuguesa aos alunos indígenas.

Diante disso, a motivação para a realização deste trabalho veio mediante algumas observações feitas nos estágios e práticas curriculares durante as aulas em escolas indígenas na comunidade de Guanabara III, pertencente ao município de Benjamin Constant, AM. E, por meio da disciplina de Estágio Supervisionado, pensou-se na possibilidade de um ensino de língua portuguesa que garantisse o aprendizado dos estudantes indígenas, no sentido de enriquecimento no conhecimento da cultura do outro e de relações sociais mais próximas.

Também foi perceptível, nessas vivências em sala de aula, a dificuldade ao escreverem na língua portuguesa. Desta forma, tinha indícios de que, se havia

dificuldade na escrita, era possível que estes apresentassem limitações na fala ao tentarem se comunicar em outra língua.

Para realização desta pesquisa, primeiramente foi feita a pesquisa bibliográfica que consistiu no levantamento de documentos e obras de teóricos como: Brasil (2010); Brasil (1998); Santos (2005); Gagnoux (2014); Lima e Silva (2012) dentre outros estudos que contribuíram no desenvolver deste trabalho. Depois, foi realizada a pesquisa de campo. Como técnica de pesquisa, foi realizada a pesquisa documental. Como método de abordagem foi utilizados o analítico-descritivo, numa abordagem qualitativa.

Considerando a realidade da região, nesta pesquisa, constatou-se que há um Projeto Político Pedagógico na escola, porém, ainda em fase de construção. Por esse motivo, não foram encontradas propostas referente ao ensino de língua portuguesa como segunda língua. No entanto identificou-se, por meio das respostas dos professores em questionário que há dificuldades quanto a esse ensino, dificuldades tais referentes à falta de material didático e, algumas vezes, há professores atuando fora da sua formação acadêmica.

Esta pesquisa está estruturada em quatro seções: fundamentação teórica, descrição do Projeto Político Pedagógico (PPP), metodologia e análise dos dados.

A primeira discorre sobre o ensino da língua portuguesa como segunda língua para alunos indígenas, bem como discutindo a importância e a necessidade de aprender uma L2.

A segunda faz uma descrição da comunidade de Guanabara III e da escola Pedro Alves mediante o Projeto Político Pedagógico. Descreve os pontos mais relevantes encontrados nesse documento, sempre considerando que está em processo de construção.

O terceiro trata da metodologia utilizada para esta pesquisa, na qual se apresentam os tipos de pesquisas utilizadas, métodos, abordagem, técnicas e instrumentos que foram utilizados na elaboração deste trabalho.

A quarta e última apresenta a análise e discussão dos dados, mostrando a análise que se faz do PPP da escola a partir da descrição e também dos questionários a partir das respostas dos profissionais da educação, bem como comprando e identificando problemáticas enfrentadas pela escola quanto ao ensino da língua portuguesa como segunda língua.

Portanto, espera-se que este trabalho de pesquisa possa contribuir efetivamente não somente com os profissionais da educação que ministram aulas de línguas para alunos indígenas, mas também para aqueles que realizarem outras pesquisas com esta mesma temática aqui abordada.

## **1 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA: a construção do percurso da pesquisa**

A língua é a identidade de cada indivíduo e, por esse fato, permite que se tenha conhecimento de sua própria língua e de outros falantes. É por meio deste instrumento de comunicação que se conseguem estabelecer relações sociais entre pessoas de várias culturas e costumes diferentes proporcionando aprendizados significativos.

Partindo desse pressuposto, afirma-se que ensinar língua portuguesa a alunos indígenas é colocá-los em um nível de interação social diferenciado, mas, também é um desafio. Desta forma, inicia-se esta abordagem com o que dizem As Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena, de 1993: “[...] cada povo tem o direito de aprender na escola o português como segunda língua, em suas modalidades oral e escrita, em seus vários registros – formal, coloquial, etc.” (p. 177).

Para que se possa pensar em ensinar uma segunda língua a um indivíduo ou a um povo específico, é necessário considerar vários fatores, como por exemplo, quem vai ensinar, para quem vai ensinar e se há necessidade de ensinar ou aprender determinada língua.

Neste caso, o ideal seria professores qualificados, nativos da língua indígena (de preferência bilíngues) ensinarem aos alunos, pois para ensinar L2, devem ser também conhecedores da língua portuguesa para que se tenha maior segurança ao ensinar e que os alunos percebam e sintam tal segurança. Para isso, colaboram Lima e Silva (2012, p.3)

[...] muitos dos professores não-índios enviados às aldeias para ensinar o português não estão preparados para o contato com um falante de outra língua materna e com uma cultura rica, porém muito diferente da sua. Dessa forma, ensinam o idioma como se fosse a primeira língua [...] Além disso, muitos professores desconhecem que as culturas indígenas são culturas orais, ou seja, não têm tradição escrita, o que dificulta [...]

Assim, ensinar português como segunda língua é dar a possibilidade para o aprendiz indígena conhecer novos horizontes e, em meio a isso, relacionar-se de maneira a aprender a cultura do outro.

Ainda que haja comunicação e interação entre os indígenas, dentro do seu ambiente diário, em sua língua materna, se comunicar com os brasileiros não-

indígenas é imprescindível. Os indígenas vivem, de modo geral, da produção de artesanatos, do plantio, da pesca e da caça. Para seu sustento, precisam comercializar alguns frutos de seus esforços dentro de um ambiente em que a língua predominante é a língua portuguesa. Por isso, apresentá-los e ensiná-los a língua portuguesa como segunda língua, nesse sentido, também é de grande valia.

Pensou-se em desenvolver este trabalho como forma de discutir acerca do ensino da língua portuguesa como segunda língua para os alunos indígenas ticunas da comunidade de Guanabara III. A ideia é fazer com que a comunidade e as escolas, que estão implantadas neste local, percebam a importância da aprendizagem de uma segunda língua, neste caso a língua portuguesa, como forma de estabelecer relações mais próximas com outras identidades e culturas, porém valorizando e aprendendo mais de sua própria língua.

Levando-se em consideração o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), 1996, em seu Artigo 32, faz-se necessária uma reflexão acerca do que é dito em seu inciso terceiro: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

Diante do que explicita o documento legal, sem deixar de valorizar sua língua materna, é relevante que os indígenas também aprendam, dentro das possibilidades contextuais, o que a escola tem a oferecer para que eles se integrem à sociedade mediante o ensinamento em língua portuguesa.

A língua faz parte da sua vida, do seu cotidiano. Por isso, ela é considerada um instrumento de poder. Os indígenas precisam se comunicar, lidar com outros falantes. E isso fortalece ainda mais o conhecimento tradicional de sua própria língua, de sua cultura, de seus costumes e crenças que muitas vezes, por alguns, são esquecidos e abandonados.

Portanto, durante a experiência vivida na comunidade, especificamente dentro do ambiente escolar, e considerando a importância do ensino de língua portuguesa como segunda língua para os alunos indígenas ticuna da comunidade de Guanabara III, surgiram algumas indagações como forma de problemas de pesquisa, como: Há projeto político pedagógico (PPP) na escola? Está previsto o ensino de língua portuguesa como segunda língua? Qual a concepção de língua portuguesa é apresentada no PPP? Como acontece o ensino: prioriza a análise linguística? Contempla a leitura e a escrita?

Diante de tais inquietudes, esta pesquisa buscou discutir questões relacionadas ao ensino de língua portuguesa como segunda língua para alunos indígenas ticuna, levando em consideração os documentos, instrumentos e práticas escolares que fazem parte desse processo.

### 1.1 A LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA ALUNOS INDÍGENAS

O processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa não é tarefa fácil. Tanto para professores quanto para alunos nativos, o estudo é um tanto complexo pelo fato de ela ser viva, dinâmica e estar em processo constante de mudanças. Mesmo assim, por esse fato, não se torna motivo para não estudar.

O estudo da língua portuguesa, muitas vezes, é visto ou resumido às regras da gramática normativa. Quando isso acontece, a compreensão e o aprendizado se tornam difíceis. Em se tratando de ensino para alunos indígenas, os estudos de escrita, como produção textual, por exemplo, a aprendizagem é muito provavelmente mais complexa, visto que já possuem um conhecimento de sua língua materna.

É muito importante que o ensino de língua portuguesa para os alunos indígenas não seja como um ensino de língua materna, mesmo que seja para aqueles que já tenham ou já tiveram contatos com a língua alvo, deve-se ter cuidado, portanto, para que o ensino não se torne em vão e a aprendizagem não se concretize.

Para isso, contribui o pensamento de Santos, (2005, p. 154)

O que não se pode confundir ou esquecer é o fato de que o português como segunda língua não pode ser ensinado como língua materna, mesmo para aquelas populações com maior tempo de contato e, portanto, com maior domínio da língua nacional. A língua portuguesa é o veículo da cultura dominante e letrada, enquanto a língua indígena é a língua minoritária e ágrafa, características que precisam ser levadas em conta na preparação dos currículos e das aulas”.

A língua indígena, por sua vez, serve como base, em muitas situações para que o ensino da língua portuguesa aconteça. No entanto, vale ressaltar que em nenhum momento pode-se fazer com que o aluno indígena deixe de usar sua língua materna para se comunicar exclusivamente em português. A ideia é fazer com que ele aprenda e tenha conhecimento, tenha acesso a informação de tudo que está ao seu redor sem que sua identidade (língua materna) seja perdida ou desvalorizada. Daí

a relevância de se delimitar o objeto de estudo no ensino da língua portuguesa como segunda língua (L2).

Assim sendo, observa-se a harmonia que há no que se diz e no que a LDBEN, 1996, em seu art.78 no tocante à educação indígena: “garantir aos índios, suas comunidades e povos, o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não índias”.

Por isso, acredita-se firmemente que o ensino da L2 contribui para a integração do indivíduo na sociedade, porém, ele deve acontecer de maneira tal que o aprendiz perceba o envolvimento e a dinâmica do aprendizado.

## **2 ENSINO DE LÍNGUA NA COMUNIDADE: uma descrição do processo**

Para que haja uma melhor compreensão deste trabalho e como subsídio para posterior análise, nesta seção, será feita uma descrição de algumas partes que se julgam principais do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal Indígena Pedro Alves, bem como contextualizando todos os elementos que envolvem a análise da pesquisa.

### **2.1 DESCRIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO**

Segundo o Projeto Político Pedagógico, a escola funciona desde o ano de 1995 e, durante esse tempo, não se tinha um documento norteador, pois ninguém havia se preocupado em elaborar uma diretriz para auxiliar a instituição quanto aos eventos a serem realizados. Por isso, o PPP só passou a ser construído no ano de 2021, a partir do mês de abril.

A comunidade de Guanabara III pertence ao município de Benjamin Constant, no estado do Amazonas, onde está localizada a Escola Municipal Indígena Pedro Alves. E, apesar de ser uma área rural, possui o mesmo CEP da cidade a qual pertence: 69630-000. O endereço eletrônico é [escolamunicipalindigenapedroalves@gmail.com](mailto:escolamunicipalindigenapedroalves@gmail.com) e sua estrutura física é 99% de madeira e 1% de alvenaria. Tem 08 salas de aula, 01 sala dos professores, 01 secretaria, 01 sala da coordenação/Gestão/Conselho Escolar, 01 biblioteca, 01 cozinha, 01 almoxarifado, 06 banheiros masculinos e 06 banheiros femininos.

A religião predominante é a protestante denominada: Igreja Batista Independente de Guanabara III, mas há indígenas que ainda praticam culturas dos conhecimentos Tradicionais como: pajés, rezadores, raizeiros, parteiras, ritual da dança da moça nova.

Na comunidade ainda existem situações precárias de moradias e, por conta disso, muitos docentes enfrentam situações e presenciam cenas preocupantes na vida escolar de muitos alunos. Tais situações se referem às famílias que residem em casa de palha sem ter acesso a saneamento básico e vivendo de algumas doações.

O difícil deslocamento por parte dos alunos, por falta de transporte e segurança, também é um problema constante nesse local. A escola recebe alunos de famílias com renda mínima, inferior a um salário mínimo, com 10% dos pais e 90%

das mães desempregados, isso dificulta o processo educacional, pois muitas famílias vivem de auxílios.

A comunidade de Guanabara III tem características peculiares. No que se refere aos educandos residentes neste local, eles demonstram desmotivação pelas atividades escolares devido à baixa autoestima advinda das condições culturais e sociais. Pois, em algumas situações, crianças e adolescentes entram no mundo adulto mais cedo e tentam sobreviver buscando alternativas não favoráveis, como por exemplo, uso de drogas.

Isso tem causado insegurança nos funcionários dentro do ambiente escolar. Mesmo assim, tem-se procurado de alguma forma resgatar esses alunos para uma vida social adequada.

A situação sociocultural da comunidade baseia-se em festas da igreja, enquanto as atividades econômicas estão relacionadas ao trabalho de confecções de artesanatos de matéria-prima, como: tapete, colar, cesta e bolsinha, entre outras prestações de serviços.

Diante desse contexto, a referida instituição de ensino faz parte da dependência administrativa municipal, encontra-se em atividade e é considerada zona rural, localizada na rua Metemaucu – s/n, pertencente à educação escolar indígena ticuna. Tem como gestor ISAIAS HONORATO PINHEIRO e MOISES RICARDO MANOEL PINHEIRO como coordenador pedagógico.

A escola Pedro Alves trabalha com o nível básico de educação: educação infantil, ensino fundamental I (1º ao 5º ano) e fundamental II (6º ao 9º ano). Seu local de funcionamento é prédio escolar e tem como proprietário do imóvel o governo municipal.

O abastecimento de energia elétrica é por meio de rede pública. O abastecimento de água acontece pela chuva e cisterna. A rede de esgoto sanitário se dá, segundo o documento, mediante fossa.

Vale ressaltar que, devido aos processos seletivos que ocorrem, geralmente todos os anos, na época da construção do PPP, o quadro de professores era composto pelos seguintes docentes:

Aldino Noriega  
Denokson Ferreira Sangama  
Edson Fernandes da Silva  
Stherfani Bagatini Ramos

Elizangela Nascimento Lopes  
Ivam Ramires da Silva  
Pedrinho Muraru Torcato Filho  
Raimundo Silva Soares  
Roberto Manoel Ferreira  
Runis de Araujo da Silva  
Raimunda Ricardo Manoel Pinheiro  
Silvio Honorato Pinheiro

Destaca-se também que, no momento em que se fez esta pesquisa, toda a estrutura da escola estava diferente do que apresenta o PPP. O quadro de professores estava atualizado, ou seja, era composto por alguns profissionais diferentes dos que são apresentados nos parágrafos acima (conforme Quadro 1 e Quadro 2). O gestor continua sendo Isaias Honorato Pinheiro, que também atua em sala de aula como professor. O coordenador pedagógico, agora, é Roberto M. Ferreira. Atualmente, a escola está como mostra a imagem abaixo e o quadro atual de professores é mostrado logo após a imagem:

#### IMAGEM DA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA PEDRO ALVES NO ANO DE 2023



Fonte: Gilton Aiambo Campos (2023)

## QUADRO ATUAL DE PROFESSORES DO ANO DE 2023

### QUADRO 1: QUADRO DE PROFESSORES DO TURNO MATUTINO

Nome	Formação
Denokson F. Sangama – indígena	Pedagogia - UFAM
Edson A. Fernandes– indígena	Cursando Pedagogia – UEA
Keila P. Albano– indígena	Cursando Pedagogia – UFAM
Moisés R. m. Pinheiro– indígena	Pedagogia – PARFOR/UFAM
Roberto M. Ferreira– indígena	Pedagogia – UFAM
Roger C. Albano Filho– indígena	Cursando Pedagogia – UFAM
Runis de A. da Silva– indígena	Cursando Pedagogia- UEA
Isaias H. Pinheiro– indígena	Pedagogia – PARFOR/ UFAM
Stefhane B. Ramos – não-indígena	Ciências Agrária e Pedagogia – UFAM
Silvio H. Pinheiro– indígena	Cursando Pedagogia – UEA

### QUADRO 2: QUADRO DE PROFESSORES DO TURNO VESPERTINO

Nome	Formação
Aldino A. Noriega – indígena	Letras- Ensino de Língua Portuguesa, Ensino de Língua Indígena e Ensino de Língua Espanhola
Ciron A. Nobre– não-indígena	Matemática – UEA
Francisco A. S. Campos– não-indígena	Geografia – UEA
Manuel B. da Silva – indígena	Cursando Pedagogia – PARFOR/UFAM
Maria S. de Lima – indígena	Cursando Letras – UFAM
Raimundo dos S. Soares – indígena	Pedagogia – UFAM
Sérgio F. Gomes– indígena	Matemática e Física – PARFOR/UFAM
Levi F. Pinto– indígena	Artes – PARFOR/UFAM
João M. Aiambo– indígena	Letras - UFAM

Segundo o PPP, a equipe administrativa da escola é formada pelas seguintes pessoas:

Eduardo Julho Soares – serviços gerais

Eladio Fernandes da Silva – serviços gerais  
Eliza Manoel Pinheiro - merendeira  
Fatima Bento da Silva – merendeira  
Geovani Leandro Forte – serviços gerais

Os que fazem parte do Membro do Conselho Escolar são os seguintes;

Moises Ricardo Manoel pinheiro – vice-presidente  
Wagno Coelho Pinheiro – primeiro secretário  
Isaias Honorato Pinheiro - presidente  
Alcineiza Marciano da Silva – segunda secretária  
Marta Américo Pinheiro - fiscal

A escola apresenta em seu Projeto Pedagógico, considerando o homem na sociedade e seu contexto atual, algumas filosofias para que a educação se aplique de maneira séria e objetiva. Abaixo mostra as ideias na qual se busca desenvolver:

- Uma educação coerente, objetiva e intercultural, considerando a subjetividade do processo educativo;
- Uma educação que problematiza a realidade e trabalha as condições sociais praticando assim a interculturalidade;
- Uma educação que atenda o desenvolvimento das potencialidades do educando;
- Uma educação voltada ao cultivo de ideais e valores perenes ao homem;
- Uma educação que propicia a socialização do conhecimento elaborado;
- Uma educação baseada numa metodologia participativa e democrática para todos;
- Uma educação reflexiva, crítica e construtiva do meio onde vive.

Também se preocupa em cumprir algumas metas e procura atingir seu objetivo que é:

“Garantir acesso aos conhecimentos gerais, sem negar as especificidades culturais e a identidade da comunidade nela inserida, respeitando os conhecimentos, as tradições e os costumes, valorizando e fortalecendo a identidade étnica, considerando á realidade sociocultural e histórica, praticando assim a interculturalidade”.

O Projeto Político Pedagógico mostra que a escola possui uma sala de apoio como se pode ver na imagem abaixo:

## SALA DE APOIO DA ESCOLA MUNICIPAL PEDRO ALVES



Fonte: Gilton Aiambo Campos (2023)

Essa sala é disponibilizada para atender as crianças com dificuldades relacionadas à aprendizagem de língua portuguesa e matemática dos alunos matriculados na 5<sup>o</sup> série do Ensino Fundamental, dificuldades relacionadas aos conteúdos de oralidade, leitura, escrita, bem como as formas espaciais e quantidades nas operações básicas e elementares.

### 3 METODOLOGIA

Nesta seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos que foram adotados, dando ênfase nos tipos de pesquisa, nas técnicas e no tipo abordagem.

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se instrumentos, técnicas e também referenciais teóricos de autores que discorrem sobre o objeto de estudo em questão com a intenção de alcançar os objetivos propostos.

Primeiramente, foi feita a pesquisa bibliográfica para se ter conhecimento sobre o tema aqui apresentado. Pois, esse tipo de pesquisa é importante porque consiste no primeiro passo de qualquer estudo. Para Oliveira (2001, p.10):

A pesquisa bibliográfica consiste na investigação criteriosa de determinado tema, com vista a permitir a explicação do problema pela análise de contribuições culturais e científicas do passado existente e registradas na literatura sobre um determinado tema.

Os documentos e autores que deram suporte teórico foram: Brasil (LDBEN,1996); Brasil (1998); Brasil (BNCC, 2018); Santos (2005); Gaugnoux (2014); Lima e Silva (2012); Grupioni (2006); Campos (2014); Oliveira (2001); Gil (2008); Gonsalves (2007); Marconi e Lakatos (2009). Após a realização da pesquisa bibliográfica, foi necessário ir a campo para coletar os dados necessários para se fazer a análise.

Segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 69), a pesquisa de campo “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”. Sendo assim, a pesquisa realizou-se em uma escola Pedro Alves na comunidade de Guanabara III, pertencente ao município de Benjamin Constant- AM.

Como instrumentos de coleta de dados, utilizou-se a pesquisa documental direcionada ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Segundo Marconi e Lakatos (2009, p. 48 – 49) “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias.”

Também foi aplicado um questionário contendo 5 perguntas abertas para 8 profissionais do total de 19, equivalendo à uma amostragem aproximada de 50 por

cento da população de docentes. Cada um recebeu um questionário. Foram analisados 8 questionários dos profissionais, dentre eles estão participando gestor, coordenador pedagógico e professores com formações diferentes: Pedagogia, Letras, Matemática, Artes e Geografia.

Esta é uma das formas de coleta de dados muito utilizada pelos pesquisadores. De acordo com Marconi e Lakatos (2009, p. 86) o “questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

O questionário está composto por perguntas elaboradas de acordo com a necessidade do que se deseja conhecer acerca do problema.

Para esta pesquisa, utilizou-se o método analítico-descritivo. Segundo Gil (2008, p, 28) “Este método se caracteriza uma pesquisa qualitativa, o pesquisador analisa e descreve os fatos ocorridos de forma crítica os dados coletados da pesquisa”. Este método consiste em, primeiramente analisar as informações coletadas, ou seja, os dados, e depois descrever e analisar de forma clara.

A abordagem é de cunho qualitativo. Segundo Gonsalves (2007, p.69) a análise qualitativa “preocupa-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerado o significado que os outros dão suas práticas, que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica”.

Assim, escolheu-se essa abordagem porque se buscou fazer, nesta pesquisa, uma verificação significativa em relação aos objetos de investigação.

Portanto, o uso desses procedimentos metodológicos foi importante para o estudo e coleta dos dados de maneira eficiente, pois, desta forma, os objetivos foram alcançados.

## **4 DO IDEAL AO REAL: uma proposta de atividades para o ensino de língua portuguesa como segunda língua**

### **4.1 ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, ATRAVÉS DA PRODUÇÃO TEXTUAL, EM ESCOLAS INDÍGENAS**

As ideias de ensino de língua portuguesa como segunda língua para alunos indígenas sempre perpassam também pela escrita. Uma vez que se percebem dificuldades ou necessidades de relação social entre indivíduos indígenas e não-indígenas, propõe-se maneiras viáveis e metodologias que garantam que o aluno terá maior facilidade de comunicação em situações de contato mais próximo com falantes de língua portuguesa.

Então, como pontapé inicial na proposta de reflexão do ensino da língua portuguesa como segunda língua, a metodologia aqui apresentada visa atender a real, ou reais necessidades para que o falante, de fato, esteja inserido em contextos de comunicação. Para isso, busca-se respaldar no que apresenta o Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas, que sugere a produção textual de gêneros variados e tipologias textuais como uma base sólida na construção do conhecimento do indivíduo.

(RCNEI, 1998 p.135).

“sempre que escrevemos alguma coisa que faz sentido, que tem um objetivo numa situação qualquer, estamos escrevendo um texto. O texto, independentemente de sua extensão, é, assim, uma unidade linguística, escrita, produzida em determinado contexto com um objetivo comunicativo. Para que a escrita faça sentido para os alunos, é preciso, portanto, que eles se envolvam em atividades em que a linguagem escrita apareça contextualizada e sirva para alguma coisa”.

A língua é um sistema que depende da interlocução e da ação linguística entre sujeitos. Partindo dessa concepção, uma proposta de ensino de língua deve considerar o seu uso em várias situações contextuais e sociais, com sua diversidade de funções e sua variedade de estilos e modos.

Faz-se necessário desenvolver um trabalho em sala de aula que esteja organizado em torno da reflexão dos alunos sobre a aprendizagem da L2. Esse trabalho pode ser realizado visando sempre a construção de conhecimento do aluno indígena que por sua vez terá um olhar além de seu entorno.

Por isso, uma adequada proposta para o ensino de L2 deve prever, além da fala, principalmente questões referentes à prática da escrita. A atividade de escrita pode ser utilizada para a produção de diferentes tipos de textos. Algumas modalidades são apresentadas e aceitáveis para ser considerada atividades adequadas como propostas para o ensino em classe. Tais modalidades tem como objetivo levar o aluno a fazer uma reflexão acerca de diferentes possibilidades de estilos de comunicação. Alguns exemplos são:

- Carta pessoal;
- Receita culinária;
- Recado

Esses são alguns exemplos simples de textos que se pode trabalhar na sala de aula para que o aluno possa se comunicar e se relacionar com outras pessoas através a língua portuguesa.

Fazer o aluno produzir uma carta pessoal para um colega de outra turma, ou para um parente, construir uma receita de bolo juntamente com ele ou então deixar um bilhete dentro do caderno dele são ações importantes para que o aluno indígena perceba a importância da comunicação.

Diante disso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Portuguesa (1998) sugerem a uso dos gêneros textuais como objeto de ensino para a prática de leitura, produção do texto oral e escrito. Defendem também os gêneros como fortes aliados no processo de ensino aprendizagem da Língua Portuguesa.

Portanto, os gêneros são considerados importantes na produção textual, seja ela oral, seja ela escrita. E, para o ensino da língua portuguesa como segunda língua ao aluno indígena são instrumentos essenciais para garantir a ele um contato mais próximo com outras pessoas.

#### 4.2 ANÁLISE DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

Na seção 1 deste trabalho foram feitas algumas indagações referentes ao Projeto Político Pedagógico. Aqui será respondido à medida do que foi visto e lido nos dados adquiridos. Por isso, para que haja uma melhor compreensão da análise dos dados deste trabalho, será necessário repetir algumas das indagações:

Há projeto político pedagógico na escola?

Constatou-se a partir da ida a campo que a escola possui um Projeto Político Pedagógico, no entanto, ao se fazer a leitura deste documento, percebeu-se que estava incompleto. Pelo fato de ter observado que o PPP estava em processo de construção desde 2021, já houve um avanço significativo, levando em consideração que a escola funciona desde o ano de 1995 e não tinha nenhuma referência norteadora.

O Projeto Político Pedagógico é um documento fundamental para o desenvolvimento das atividades escolares. Para que esta afirmação se torne mais consistente, colabora o que diz o artigo 13 da LDBEN (BRASIL, 1996, p. 16), “Os docentes incumbir-se-ão de: I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”.

É de muita relevância a participação dos professores na elaboração deste documento e que este esteja finalizado antes do início das aulas, pois é ele quem vai servir como diretriz para todos os eventos e atividades internas da escola, como por exemplo, o próprio planejamento docente para que todos trabalhem coletivamente com objetivos comuns.

Está previsto o ensino de língua portuguesa como segunda língua?

A ideia seria encontrar as propostas para o ensino de língua portuguesa neste documento, porém, não foi possível perceber pelo fato de, assim acredita-se, estar em construção. Todavia, o que se pode relatar e discutir a respeito deste componente curricular é o que está descrito no capítulo anterior: há uma sala disponível para atender as crianças (alunos) matriculados na 5ª série com dificuldades na oralidade, leitura e na escrita da língua portuguesa.

A esse respeito, o professor, como mediador na construção de conhecimentos dos discentes, tem uma importância significativa, que é de possibilitar, que os estudantes percebam, apesar das dificuldades de aprendizagens, as diferentes maneiras de manifestação e funcionamento da língua principalmente por meio dos eixos: oralidade, leitura e escrita.

A leitura deve abranger os mais variados textos, que permeiam diariamente, na sociedade considerando o contexto indígena. Agora, não é simples despertar o gosto pela leitura. Todavia, o trabalho com esses textos não deve ser minimizado em sala de aula.

Antunes (2009, p.196) apud Gaugnoux (2014, p. 4) diz que: “a história de nossa travessia, ao longo dos séculos, está refletida também no grande intertexto que constitui nosso acervo literário”.

De acordo com essa ideia, acredita-se que se deve, cada vez mais, mostrar aos alunos, sejam eles indígenas ou não, os vários textos que circulam no meio social. A leitura que se faz desses textos ajuda na formação do educando de maneira a torná-los competentes dentro da possibilidade de comunicação de cada um. Se realmente a escola se preocupa na formação de pessoas competentes, cabe a ela criar meios para que sejam desenvolvidas tanto a habilidade da leitura quanto da escrita.

Ninguém nasce com o gosto para a leitura de textos escritos, mas nesse sentido, o professor é a peça fundamental, é ele quem vai fazer a mediação entre o aluno e os textos procurando da melhor forma possível chamar a atenção deles para o prazer de realizá-la.

Ensinar língua portuguesa aos alunos indígenas está diretamente ligado com a prática do professor. E, ter uma sala disponível para alunos com dificuldades, torna-se um tanto vantajoso, pois se pode trabalhar especificamente os casos individuais para que ele compreenda o que se pretende ensinar.

Desenvolver a habilidade oral dos alunos é fundamental, não que as outras habilidades de leitura e escrita não sejam, mas que esta primeira funciona como primordial. É por meio dela que eles irão interagir melhor com outros falantes

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998) afirmam que a língua é fundamental para se estabelecer relações sociais, no entanto, ela precisa ir além, por meio dela, é preciso que o aluno compreenda, a partir de sua interação, o contexto em que ele se encontra.

O documento norteador mais atual, Base Nacional Comum Curricular (BNCC), não faz referência direta sobre a educação indígena. Porém, deixa por conta do currículo escolar: “Essas decisões precisam, igualmente, ser consideradas na organização de currículos e propostas adequados às diferentes modalidades de ensino [...]” (BRASIL, 2018, p.17).

Também reitera, na mesma página 17 que:

No caso da Educação Escolar Indígena, por exemplo, isso significa assegurar competências específicas com base nos princípios da coletividade, reciprocidade, integralidade, espiritualidade e alteridade indígena, a serem desenvolvidas a partir de suas culturas tradicionais reconhecidas nos

currículos dos sistemas de ensino e propostas pedagógicas das instituições escolares.

Mesmo que a BNCC não contemple especificamente a educação indígena, o currículo escolar se torna fundamental para a inclusão desta modalidade, no sentido de resgatar valores, costumes, crenças e tradições deixados no esquecimento. Por isso, acredita-se que a educação, prevista no documento curricular, precisa de um olhar diferenciado para, assim, trilhar caminhos sólidos em direção ao que se espera como ideal.

Sendo assim, o que se observa no PPP da Escola Municipal Indígena Pedro Alves e que chama atenção é ver a situação em que as pessoas vivem: famílias sobrevivendo apenas de auxílios e os alunos sem condições necessárias para terem educação sistematizada apropriada.

Discute-se acerca disso afirmando que as autoridades deveriam ter um olhar de preocupação para com essas pessoas. As autoridades as quais se referem são exatamente as políticas. Não se pode “tapar os olhos” para situações como essas, nem individualizar ou priorizar o conhecimento e o ensino, mas sim garantir ao estudante o acesso adequado para que eles contemplem a demanda exigida pelo Art. 4º, no inciso II da LDBEN (BRASIL, 1996, p. 9), que diz a respeito da garantia da universalização do ensino de qualidade.

#### 4.3 ANÁLISE DOS DADOS

Nesta subseção serão apresentados os questionários que foram direcionados aos profissionais da educação da escola Pedro Alves da comunidade de Guanabara III. As respostas serão analisadas de acordo com o que for colocado em discussão e embasamento teórico da pesquisa.

Os informantes da pesquisa foram 8 profissionais do total de 19, equivalendo à uma amostragem aproximada de 50 por cento da população de docentes. Cada um recebeu um questionário com 5 questões abertas. Foram analisados 8 questionários dos profissionais, dentre eles estão participando gestor, coordenador pedagógico e professores com formações diferentes: Pedagogia, Letras, Matemática, Artes e Geografia.

Como forma de preservar a identidade deles, serão identificados como I 1 – informante 1; I 2 – informante 2; I 3 – informante 3; I 4 – informante 4; I 5 – informante 5; I 6 – informante 6; I 7 – informante 7; I 8 – informante 8.

Assim sendo, as perguntas foram iguais para todos como mostra o quadro abaixo:

QUADRO 3: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

1. Qual importância você vê para o Ensino de Língua Portuguesa nas Escolas da Comunidade?
2. Você acredita que o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua é importante para os alunos indígenas? Por quê?
3. O que a Escola tem feito para que o aluno aprenda a Língua Portuguesa?
4. Na sua concepção, quais as dificuldades que a escola enfrenta para garantir o ensino de uma segunda Língua, neste caso, a língua portuguesa? Por que isso acontece?
5. O professor que ministra a disciplina de Língua Portuguesa (L2) é indígena? Ele tem formação na área?

Optou-se, por questões práticas, por fazer uma análise geral de cada pergunta, ou seja, analisar as respostas de todos os participantes referente à pergunta 1, depois, todas as respostas referentes à pergunta 2 e assim sucessivamente.

Ao se fazer a leitura das respostas dos questionários, teve-se um pouco de dificuldade para entender o sentido completo de algumas das respostas devido a caligrafia não ajudar em boa parte do texto. Mesmo assim, percebeu-se na resposta da pergunta 1 similaridade nas respostas dos informantes quanto à importância do ensino da língua portuguesa na comunidade. Porém ressalta-se aqui parte da resposta do I 2, quando ele diz: “A língua Portuguesa é importante não só dentro das escolas na comunidade quanto na sociedade em que viemos [...]”.

Com base nessa afirmação, percebe-se que há uma visão da importância da língua portuguesa, por parte desses professores, e até onde ela pode levar o aluno aprendiz, considerando o contexto em que o indivíduo se encontra.

O autor Grupioni (2006, p. 28) esclarece que: “É preciso insistir no fato de que a escola indígena que se quer é aquela que seja capaz de preparar os alunos indígenas para os desafios que o contato com a sociedade envolvente impõe [...]”.

O fato de a sociedade impor e mostrar a necessidade real da comunicação e da relação entre os indivíduos faz com que a escola esteja preparada para “moldar”

os alunos indígenas ao convívio com os não indígenas, obviamente sem desrespeitar as crenças e costumes intrinsecamente arraigados.

Referente à resposta da pergunta 2, notou-se que todos disseram ser importante para o aluno indígena o ensino da língua portuguesa como L2. Todavia, destaca-se duas respostas que foram interessantes: a resposta do I 2 que diz: “O ensino de Língua Portuguesa é importante para que o mesmo possa se conectar com o mundo externo fora do seu local de vivência”. E a resposta do I 4 que diz: “Sim! Eu acredito porque através da língua portuguesa que os alunos indígenas possam se comunicar, interpretar o texto, fazer a leitura, escrever as palavras e se comunicar com as pessoas de fora”.

Diante das afirmações e, em relação ao I 2, acrescenta-se que se conectar com o mundo exterior é conhecer, de fato, as outras pessoas, é abrir a mente para o “novo”. Conectar-se por meio da língua é uma das maiores demonstrações de poder do indivíduo. E, por ser assim, reforça-se o que foi dito na seção 1 deste trabalho quanto ao instrumento de poder que a língua é. A conexão fortalece o conhecimento, sua própria cultura e sua própria língua.

A resposta do I 4 foi interessante pelo fato de ele perceber que por meio da língua portuguesa o aluno indígena pode interpretar textos. A interpretação textual só acontece mediante leituras.

A aprendizagem da L2 deve ter significado para o aluno indígena tanto em textos escritos quanto orais. Para isso, colaboram as palavras de Brandão (2017, p. 181):

[...] foco do trabalho com a segunda língua deve estar centrado nas necessidades de uso da comunidade. Assim, as atividades de leitura e escrita devem tornar o processo de aprendizagem significativo para o aluno. Então, é importante que a leitura e escrita tenham função social.

A esse respeito, é necessário que o professor perceba a necessidade do aluno e de toda a comunidade indígena para a aprendizagem da língua a ser aprendida. Se o aluno não achar interessante, é bem provável que ele não colabore com o professor em sala de aula. Por isso, o trabalho com as atividades de leitura torna-se imprescindível para o processo de aprendizagem dos educandos, deve-se atentar para as necessidades de aprendizagem, pois a língua portuguesa é importante tanto quanto a língua indígena.

Em relação à pergunta 3, percebeu-se que somente o I 8 não respondeu ao questionário. Mesmo assim, os demais participantes disseram que a escola tem feito várias coisas para que o aluno aprenda língua portuguesa, tais como: estimular o gosto pela leitura, projetos e jogos didáticos, simulados e provas segundo os programas da Secretaria Municipal de Educação.

O que se ressalta aqui são as respostas de dois participantes: I 2 que disse: “Nas séries iniciais do pré 1 ao 5º ano, a escola disponibiliza professores formados em Pedagogia e outros cursando. Já nas séries do 6º ano ao 9º ano, a escola juntamente com a SEMED disponibiliza de professores formados na área. O I 4 disse que: “Desde o começo do Ensino que a escola já vem com esses ensinamentos, para que os alunos indígenas possam compreender e entender para dialogar com os alunos não indígenas ou com as pessoas que vem de fora”.

Em relação às duas respostas, tanto a do I 2 quanto a do I 4, percebe-se que são similares e, sendo assim, contribui-se dizendo que é importante que a escola trabalhe o ensino da língua portuguesa desde os anos iniciais e que os profissionais devem ser capacitados na área de atuação, caso contrário o ensino pode se comprometer e, da mesma forma, o aprendizado pode não existir da forma que se esperava.

Para a contribuição no que se refere aos profissionais da área de atuação, observa-se o que diz Campos (2014, p. 11):

Uma coisa é fazer um curso de pós-graduação e se tornar especialista em uma área do saber, outra coisa é explicar o que se aprendeu diretamente em sala de aula, devemos estar atentos para saber aproveitar das teorias apenas aquelas contribuições que tem possibilidade de dar suporte ao desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos.

Para fazer com que o aluno, neste caso o indígena, consiga desenvolver sua capacidade comunicativa, de modo dinâmico, para que ele possa dialogar e interagir com as pessoas de fora do meio social dele, é preciso que o docente perceba as dificuldades que o aluno encontra na chegada à escola, para, a partir daí, começar a trabalhar naquilo que o impede de fazer o uso da língua a ser aprendida.

As respostas da pergunta 4 foram interessantes porque alguns informantes disseram que a escola não enfrenta dificuldades, porém outros afirmaram que existem dificuldades, sim. Para isso, ressalta-se o que declarou o I 3: “A falta de material didático, a falta de cursos de capacitação”. O material didático é um suporte muito

importante nas atividades escolares do professor e, em se tratando de alunos indígenas, vale considerar o que a LDBEN prescreve referente ao objetivo dos programas de educação em seu art. 79, no inciso 2º: “elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado”.

O material para alunos indígenas precisa ser diferenciado no sentido de relacionar o que se aprende com o seu dia a dia. Desta forma, a aprendizagem se torna efetiva. E, é por meio de capacitações que o professor de L2 vai efetivá-la na sua prática de ensino.

O I 5 e o I 7 falaram que a dificuldade que a escola enfrenta é a falta de professores formados na sua área de atuação. Em contribuição a isso, ressalta-se o que diz o art. 62 da LDBEN: “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena [...]”. É interessante e importante que o profissional seja atuante de acordo com sua área de formação. Ele precisa ser habilitado para ensinar aquilo que aprendeu durante o curso de graduação plena, caso contrário, todo esforço e empenho, tanto por parte da escola quanto por parte do profissional, de nada valerão.

A pergunta de número 5 está diretamente ligada ao que se disse no parágrafo acima. Todos os informantes disseram que sim, o professor que ministra a disciplina de língua portuguesa é indígena e tem formação na área, ou seja, em Letras. Desta forma, aquilo que se discutiu na seção 1 deste trabalho trata exatamente sobre isso quando se diz a respeito da importância de professores nativos atuarem como mediadores no ensino da língua portuguesa como segunda língua. Lima e Silva (2012, p.3) é enfática ao afirmar que professores que não são indígenas são enviados para as comunidades e lá “ensinam” língua portuguesa como se fosse língua materna, não têm conhecimento da vivência e da realidade dos indígenas.

Portanto, todas as respostas dos informantes foram de grande valia para se discutir o ensino da língua portuguesa como segunda língua na comunidade de Guanabara III e na escola Pedro Alves. E, para que haja uma reflexão acerca do ensino de L2, as orientações e discussões perpassam também pelos argumentos dos autores, documentos curriculares e legais que norteiam a educação nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ensino da língua portuguesa como segunda língua a alunos indígenas é uma porta que possibilita conhecer novas culturas, costumes e valores de outras pessoas. Além disso, permite que ele conheça mais de sua própria língua, cultura e crença que estão enraizados dentro de cada um nativo.

Na busca da compreensão do objeto de pesquisa, os objetivos traçados foram: verificar as propostas de ensino da língua portuguesa como segunda língua na escola indígena Pedro Alves na comunidade de Guanabara III; Descrever o Projeto Político Pedagógico da escola; Analisar questionário respondido pelos professores e identificar nas respostas dos professores as dificuldades que a escola enfrenta ao ensinar a língua portuguesa aos alunos indígenas.

Por meio dos resultados da análise dos dados da pesquisa, depreendeu-se que a escola possui um Projeto Político Pedagógico, porém está em processo de construção desde o ano de 2021, o que inviabilizou a verificação do estatus do ensino da língua portuguesa como L2, por mais que se tenha evidenciado na fala dos informantes.

Por meio dos questionários, foi possível constatar que as maiores dificuldades enfrentadas pela escola é a falta de material didático e professores atuando fora de sua formação acadêmica. Isso foi percebido durante a análise das respostas de cada participante da pesquisa.

Sob essa perspectiva, ficou evidente que é muito importante que o aluno indígena se integre na sociedade de maneira plena. E uma das maneiras que se discute neste trabalho é pela aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua, por isso, a atuação do professor em sala de aula e a participação efetiva da escola nesse sentido torna o aprendizado o mais real possível.

A partir dos resultados da pesquisa, acredita-se que é possível desenvolver atividades de sala de aula com recursos que podemos encontrar em casa. Para que o aluno indígena possa desenvolver habilidades comunicativas na língua portuguesa, sobretudo escrita, pode-se utilizar as receitas culinárias escritas nas embalagens de alguns produtos como por exemplo na embalagem de arroz. Também é possível fazer a leitura junto com ele e pedir para que cada um tentem criar uma receita própria de algum prato de comida. Em meio a isso, é interessante falar da característica do gênero textual receita culinária: os verbos no imperativo e no infinitivo. Pode-se, por

tanto, trabalhar da mesma forma com manuais de instrução, cartas pessoais, receitas de remédios, rótulos de produtos, enfim, com gêneros textuais que são fáceis de encontrar em casa e que são de circulação no cotidiano dos alunos.

Portanto, a execução desta pesquisa foi relevante e necessária porque por meio dos dados coletados foi possível constatar que o ensino da língua portuguesa como L2 é uma das portas que direciona o aluno indígena para uma relação pessoal concreta, mas que ainda precisa de uma atenção maior para que possa acontecer de forma que atenda ao que se propõe e, um dos pontos cruciais é a definição disso no PPP da escola, que precisa ser finalizado e contemplar de forma clara e precisa como esse ensino deve ser feito e o que deve representar na formação dos discentes indígenas. Assim, espera-se que os resultados contribuam significativamente para professores que ministram aulas de língua portuguesa para indígenas e futuros pesquisadores que estiverem dispostos a pesquisar sobre este tema, como elemento de reflexão para a ampliação de práticas que contribuam efetivamente para um ensino de língua portuguesa como L2 que produza resultados satisfatórios.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** – LDBEN. Centro de documentação do Congresso Nacional. Brasília, DF, 1996.

BRANDÃO, Marina Oliveira Barboza **reflexões sobre o ensino de língua portuguesa em contexto indígena** (PPGEL/UEL, 2017).

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, Elísia Paixão de. **Por um novo ensino de gramática: orientações didáticas e sugestões de atividades** / Elísia Paixão de Campos. – Goiânia: Cênone Editorial, 2014.

DIRETRIZES para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena. Brasília: MEC, SEF, 1993. 22p. (Cadernos Educação Básica. Série institucional, 2).

GAUGNOUX, Aline de Azevedo. **O texto literário na escola**. Palimpsesto, Rio de Janeiro, n.19, out – nov. 2014, pp. 495-502. Disponível em: <http://www.pgletras.uerj.br/palimpsesto/num19/estudos/palimpsesto19estudos07.pdf> Acesso em: 03/02/2016.ISSN:1809 – 3507.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, P. Elisa. **Iniciação à pesquisa científica**. São Paulo: Alínea, 2007.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias** /Organização Luís Donisete Benzi Grupioni. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

LIMA e SILVA, Moana. **Ensino de português como segunda língua em comunidades indígenas kaingang** – rs. Uberlândia: EDUFU, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. – 7. ed. - 2. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Referencial curricular para as escolas indígenas. Brasília: MEC, 1998.

OLIVEIRA, Milson Lopes. **Metodologia da pesquisa**. Santa Teresa: AFST, 2001.

SANTOS, Lilian Abran dos. Considerações sobre o ensino de Português como segunda língua a partir da experiência com professores Wajãpi. **Cadernos de Educação Escolar Indígena**, Cuiabá, v. 4, p. 149-164, 2005.

## APÉNDICE

**QUESTIONÁRIO DE COLETA DE DADOS PARA PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

1. Qual importância você vê para o Ensino de Língua Portuguesa nas Escolas da Comunidade?

---

---

---

---

2. Você acredita que o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua é importante para os alunos indígenas? Por quê?

---

---

---

---

3. O que a Escola tem feito para que o aluno aprenda a Língua Portuguesa?

---

---

---

---

4. Na sua concepção, quais as dificuldades que a escola enfrenta para garantir o ensino de uma segunda Língua, neste caso, a língua portuguesa? Por que isso acontece?

---

---

---

---

5. O professor que ministra a disciplina de Língua Portuguesa (L2) é indígena? Ele tem formação na área?

---

---

---

---



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA – INC  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS: LÍNGUA E LITERATURA PORTUGUESA  
E LÍNGUA E LITERATURA ESPANHOLA**

**GILTON AIAMBO CAMPOS**

**MEMORIAL**

**Benjamin Constant 2023**

**GILTON AIAMBO CAMPOS**

**MEMORIAL**

Memorial de curso apresentado como quesito parcial para aprovação do TCC, no curso de Graduação em Letras: Língua e Literatura e Língua e Literatura Espanhola, do Instituto de Natureza e Cultura, da Universidade Federal do Amazonas.

Professor-orientador: Jorge Luís de Freitas Lima

**Benjamin Constant 2023**

## **Introdução**

Este memorial tem como objetivo relatar a história da minha vida, assim, como também a trajetória acadêmica, serão informados os dados pessoais e as atividades acadêmicas que se desenvolveram ao longo desses anos.

Venho através desse memorial resgatar as lembranças da minha vida, desde a educação básica até chegar a universidade, relatando os conhecimentos, as conquistas, alegrias, os anseios e as experiências em relação aos cursos realizados todos esses anos que passei na universidade.

Este memorial tem uma grande importância na minha vida, sendo este um relato histórico que possibilita contar a vivência e experiência de tempo até a minha formação acadêmica na Universidade Federal do Amazonas.

## **História de vida**

Nasci na comunidade Indígena Ticuna de Guanabara III, pertencente ao município de Benjamin Constant, no ano de 1981, sou filho de Venâncio Dalva Campos e Lorena Zabaleta Aiambo.

Venho de uma família humilde, meus pais não tiveram estudos, devido não terem a oportunidade de estudar. Depois de nascido, meus pais me levaram para morar numa comunidade chamada Vila Alterosa-afluente Rio Jandiatuba onde predomina a Religião Ordem Cruzada Católica Apostólica Evangélica, passei uma boa temporada por lá, cresci sem estudar só apreendendo os costumes e regras religiosas sem contar ao trabalho esforçado a agricultura.

Meus pais queriam ter seus próprios plantios e criação, mas o líder Religioso não os permitiu, por esta razão meus pais me trouxeram à comunidade São Joaquin pertencente ao Município de São Paulo de Olivença, aqui não tínhamos nada, para podermos nos manter pescávamos e vendíamos peixe na rua, para poder comprar alimentos e vestimentas.

Eu sempre pensava ser “alguém na vida”, ter uma profissão, uma vida melhor como já via nas outras pessoas. Pescar, plantar, colher era bom, mas para mim já era uma atividade cansativa. Nesta comunidade conhecemos novas pessoas costumes e culturas diferentes e tivemos que nos adaptar.

Com a idade de 16 anos sem estudos morando nesta comunidade resolvi ir à cidade onde comecei a adquirir algumas experiências como: ajudante de pedreiro, depois de um bom tempo passei a ser ajudante de padeiro, sempre procurava algo melhor para mim e de como ajudar meus pais e irmãos.

### **Trajetória estudantil: Ensino Fundamental e Médio**

Meus pais, com a ajuda e orientação dos comunitário e professores, conseguiram me matricular na Escola Municipal Joao Fernando Nogueira, pertencente ao Município de São Paulo de Olivença, estudei da 1ª série até a 4ª série, entre os anos de 1998 e 2001.

Em 2002, meus pais voltaram ao Município de Benjamin Constant, onde fomos morar no Igarapé Crajarzinho afluente do Crajari Grande na Comunidade São Francisco, juntamente com meus pais começamos uma nova jornada de vida, passei dificuldades porque tínhamos que sair de canoa na enchente e quando estava seco o Igarapé tínhamos que andar pelo caminho à beira do Igarapé até chegar para na comunidade Novo Oriente onde ficava a Escola Municipal Santa Tereza. Continuei meus estudos da 5ª série até a 7ª série, entre 2002 até 2004.

Já com a idade de 23 anos, sai à Cidade de Benjamin Constant onde consegui um trabalho no sitio do seu Miguel, fazia manutenção na roça, colheita de limão até ganhar confiança de levar vender limão em Leticia-Colômbia. Estudei a 8ª série no ano de 2005 na Escola Estadual Raimundo Cunha e foi reprovado por falta.

Devido ao interesse ao dinheiro para poder me manter na cidade pagar aluguel, comprar vestimenta e alimentação, deixei de estudar durante 02 anos. Em 2006, aventurei-me para cidade de Tabatinga onde estudei Teologia durante 2 anos, antes de concluir a formação de Teologia me envolvi com o amor da minha vida, Ilazete Coelho Pinheiro, ela grávida, fomos morar em Guanabara III e retomei aos estudos da 8ª série pela mediação Tecnológica na comunidade de Guanabara III-Anexo a Escola Estadual Indígena “Professor Gildo Sampaio ”Megatanu cu”.

### **Um novo começo, uma nova história**

São tantas experiências vivenciadas! Nunca foi fácil! Tomei responsabilidade comigo mesmo e com minha família, levei uma vida dura, prossegui com a visão de ser um

profissional. Entrei na faculdade em 2012 sem um emprego para me manter, tive que trabalhar duro, morei em casas de favor. Quando consegui um trabalho, aluguei uma casa e cada dia era um trabalho cansativo para mim, estando na faculdade enfrentei vários desafios.

Comecei a estudar na Universidade Federal do Amazonas. Logo no primeiro dia, não consegui amigos, estava nervoso e pouco falava com os colegas. Com o tempo, surgiram novas amizades de professores da instituição, fui acolhido com carinho pelos alunos do 2º período de Letras e pelos professores do curso e outros membros que faziam parte da instituição.

No período do 2º Semestre de 2012, cursei 6 disciplinas: Introdução à Filosofia aprovado, Metodologia do Estudo e da Pesquisa aprovado, Psicologia Geral aprovado, Informática Básica aprovado, Gestão Organizacional aprovado, Língua Portuguesa I aprovado.

No período do 1º Semestre de 2013 cursei 6 as disciplinas: Introdução à Antropologia aprovado, Fundamentos de Matemática e Estatística reprovado por nota, Língua Portuguesa II aprovado, Língua Espanhola I aprovado, Teoria da Literatura aprovado.

No período do 2º Semestre de 2013 cursei as disciplinas: Introdução aos Estudos Linguísticos reprovado por nota, Língua Espanhola III aprovado, língua portuguesa III aprovado, Prática Curricular I aprovado.

No Período de Férias 1º Semestre de 2013, também estudei: Sociologia Geral aprovado, Língua Espanhola II aprovado.

No período do 1º Semestre de 2014 cursei 6 as disciplinas: Língua Latina, Literatura Portuguesa, Língua Portuguesa IV reprovado por nota porque foi participar de um projeto sobre mapeamento de GPS na faculdade UEA pelo projeto Observatório do Campo, Língua Espanhola IV, Cultura Hispano-americano, Prática Curricular II.

No período do 2º Semestre de 2014 cursei 05 disciplinas: Libras, Literatura Brasileira, Língua Espanhola V, Literatura Hispano-Americana, Prática Curricular III, nesse período conheci a Literatura Brasileira, aprendi sobre as tendências da literatura que o professor deve usar em sala de aula.

No Período de Férias 1º Semestre de 2014, estudei: Didática geral e Psicologia da Educação.

Também no Período de Férias 2º Semestre de 2014 estudei Introdução aos Estudos Linguísticos.

No período do 1º semestre de 2015 cursei 05 disciplinas: Fundamentos de matemática e estatística fui reprovado novamente nesta disciplina, cursei Metodologia do ensino de língua portuguesa, Língua espanhola, Literatura regional e Prática curricular IV.

No período do 2º semestre de 2015 cursei 06 disciplinas: Cultura de Expressão da Língua Espanhola, Linguística foi reprovado por nota, Literatura Espanhola, Metodologia do Ensino de Língua Espanhola foi reprovado por frequência, Estrutura da língua espanhola, Prática curricular V reprovado por nota.

No período do 1º semestre de 2016 cursei 01 disciplinas: Fundamentos de Matemática e Estatística e fui aprovado, Estágio Supervisionado em Língua Espanhola tranquei esta disciplina.

No período do 2º semestre de 2016 cursei 01 disciplinas: Língua Portuguesa IV, aprovado.

No período do 1º semestre de 2017 cursei 01 disciplinas: Estágio Supervisionado em Língua Espanhola aprovado.

No período do 2º semestre de 2017 cursei 04 disciplinas: Legislação do Ensino Básico disp nota, Língua Portuguesa V disp nota, Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa, reprovado por frequência. Metodologia do Ensino de Língua Espanhola disp nota.

No Período de Férias 2º Semestre de 2017, estudei: Linguística, reprovado por nota.

No período do 1º semestre de 2018 cursei 01 disciplinas: Prática Curricular V Aprovado.

No período do 2º semestre de 2018 cursei 01 disciplinas: Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa, aprovado.

No Período de Férias 1º Semestre de 2019, estudei 02 disciplinas: Linguística aprovado e Língua Portuguesa, aprovado.

No período do 2º semestre de 2019 me matriculei na disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso, fui reprovado por frequência.

No período do 2º semestre de 2020 participei do Enade, caso contrário não poderia fazer a matrícula no trabalho de conclusão nem ter uma formação. Neste ano, cursei a disciplinas: Trabalho de Conclusão de Curso, mas fui reprovado por nota.

No período do 2º semestre de 2021, cursei Trabalho de Conclusão de Curso, também reprovei por nota.

No período do 2º semestre de 2022, foi solicitada pela coordenação uma nova matrícula para Trabalho de Conclusão de Curso.

Também cursei disciplinas optativas no Período do 2º Semestre de 2013, Leitura e Interpretação de textos: Caminhos rumo à \*\*\*\*\* Aprov s/nt, Tópicos Especiais em Línguas, fui reprovado por frequência.

No período do 1º semestre de 2014, cursei Tópicos Especiais em Linguística e fui aprovado.

No período do 1º semestre de 2017 cursei Filologia Românica, reprovei por nota.

Aluno (a) notificado (a) do processo de jubilação, conforme o Edital nº 047/2019-PROEG, de 30 de maio de 2019 -CAMPUS DE BENJAMIN CONSTANT

Portaria nº 045/2019-PROEG, de 05 de julho de 2019 - QUADRO V - ALUNOS COM DEFESAS DEFERIDAS: MATRÍCULAS MANTIDAS ATÉ 2019/2.

Meus colegas se formaram e eu me separei da minha Esposa, e estando no processo de jubilamento, sem esperança de uma formação profissional, não conseguia me desenvolver na escrita do meu TCC. Reprovei por falta. E, devido a separação, na segunda tentativa com ajuda do coordenador Adelson, matriculei-me na época da pandemia e a orientação era online e, de vez em quando, presencial. Desenvolvi um tema que não foi aprovado e nenhuma das duas das minhas colegas que também estavam tentando, conseguiram, eu revoltado pedi uma nova chance onde foi concedido novamente pelo coordenador Adelson.

Portanto, desta vez, sem um emprego, aluguei uma casa e me mantive com vendas de produtos da empresa HINODE. Minha preocupação era maior, trouxe minha família para morar junto comigo e tive pouca disposição para estudar, mas, depois de uma reunião com o coordenador e presença dos orientandos de TCC, tive que estudar de dia e noite porque não valeria passar muito tempo na faculdade e perder minha formação por deixar de escrever e fazer uma defesa do meu TCC.

### **Sobre os projetos e Cursos**

Curso: XIX EREL-Encontro Regional dos Estudantes de Letras-Região Norte.

Entidade: Coordenadora do Curso de Letras- INC/UFAM, Executiva Nacional/EXNEL-AM, Diretor Acadêmico do INC/UFAM. Cidade: Benjamin Constant-Am. Período: 15 a 18 de abril de 2013

Curso: Oficina de Língua e cultura Ticuna no evento intitulado comemorando o dia da língua portuguesa e o dia da língua espanhola.

Entidade: Promovido pelo curso de Licenciatura em Letras: Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola do INC-UFAM. Cidade: Polo Benjamin Constant-AM. Período: 17 a 19 de junho de 2013.

Curso: Etapa Regional Alto Solimões da 1 Conferência Nacional de Política Indigenista. Entidade: Realizada pelo Ministério da Justiça e fundação Nacional do Índio. Cidade: Em Tabatinga, Amazonas. Período: 21 a 23 de outubro de 2015.

Mesa Redonda: Sociedade, Cultura e Diversidade no Ensino de Língua no I Seminário Internacional de Ensino de Línguas. Entidade: Realizada pelo Programa Institucional de Bolsa de Inicialização à Docência-PIBID Subprojetos: Língua e Literatura Portuguesa e Língua e Literatura Espanhola do INC-UFAM.

Cidade: Benjamin Constant. Período: 10 de março de 2014, totalizando 04 horas.

Minicurso: Introdução a Língua Ticuna, proferido pelo Professor Sansão Ricardo Flores no I Seminário Internacional de Ensino de Língua: Sociedade, Cultura e Diversidade no Ensino de Línguas.

Entidade: Realizado pelo Programa Institucional de Bolsa de inicialização à Docência-PIBID Subprojeto: Língua Portuguesa e Língua Espanhola do INC-UFAM. Cidade: Polo Benjamin Constant-AM. Período: 11 a 12 de março de 2014, totalizando 08 horas.

Palestra. O ensino de Libras como L1 e L2 Proferido pelo Professor Iranvith Cavalcante Scantbelruy no I Seminário Internacional de ensino de Língua: Sociedade, Cultura e Diversidade no ensino de Língua. Entidade: Realizada pelo Programa Institucional de Bolsa de Inicialização à docência-PIBID Subprojetos. Língua Portuguesa e Língua e Espanhola do INC-UFAM. Cidade: Polo Benjamin Constant-AM. Período: Nos dias 10, 11, e 12 de março de 2014 totalizando 04 horas.

Curso de Extensão: “A Prosa e Poesia: Um mergulho no Mundo Literário”. Entidade: Coordenado por Marcilene da Silva Nascimento Cavalcante e Promovido pelo Pró- Reitoria de Extensão da UFAM. Cidade: Polo Benjamin Constant-AM. Período: Realizada no Primeiro Semestre de 2014.

Curso de Extensão: “Observatório da Educação do Campo no Alto Solimões/AM”. Entidade: Coordenado por Jarliane da Silva Ferreira e Promovido pelo Ministério da Educação/Secretaria de Ensino Superior/Edital PROEXTE 2014.

Cidade: Polo Benjamin Constant-AM. Período: 05 de janeiro a 31 de dezembro de 2014, com carga horária total de 960 horas.

Posso dizer, portanto, que todos os eventos, Cursos e projetos que participei foram de grande importância para minha vida acadêmica, que todos os conhecimentos construídos, ao longo dessa trajetória, foram de grande valia para o meu aperfeiçoamento pessoal e profissional.